



Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Sumário

| | |
|--|---------------|
| PROJETOS PARA VOTAÇÃO EM PLENÁRIO..... | 02 |
| 1. PL 484/2011 | 02 |
| 2. PL 125/2012 | 04 |
| 3. PL 348/2014 | 06 |
| PROJETOS DE DELIBERAÇÃO DAS COMISSÕES | 08 |
| 4. PL 446/2013 | 08 |
| 5. PL 854/2013 | 12 |
| 6. PL 427/2015 | 13 |
| REQUERIMENTOS | 15 |
| 7. REQ FIN 51/2016..... | 15 |
| 8. REQ FIN 52/2016..... | 16 |

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos para Votação em Plenário

| | | | | |
|---|-------------------------------------|---------|--------|-------|
| 1) PL 484/2011 | Ver. JOSE AMERICO (PT) | Votação | | |
| DISCIPLINA A REMOÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE CUNHO HABITACIONAIS REALIZADAS EM ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. | | Favor | Contra | Abst. |
| | Ver. ABOU ANNI (PV) | - | - | - |
| | Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD) | - | - | - |
| | Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB) | - | - | - |
| | Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) | - | - | - |
| Relator: Ver. JAIR TATTO (PT) | Ver. EDIR SALES (PSD) | - | - | - |
| Parecer: FAVORAVEL | Ver. JAIR TATTO (PT) | - | - | - |
| | Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS) | - | - | - |
| | Ver. OTA (PSB) | - | - | - |
| | Ver. RICARDO NUNES (PMDB) | - | - | - |
| | | | | |

Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão. Vistas ao Ver. Aurélio Nomura em 12/11/2014.
Adiado por 10 (dez) sessões a pedido do Ver. Aurélio Nomura em 16/03/2016.

ASSUNTO: Disciplina a remoção das ocupações de cunho habitacional realizadas em áreas públicas do município de São Paulo.

O art. 2º estabelece que a Prefeitura do Município de São Paulo deverá elaborar no prazo máximo de 12 (doze) meses após a aprovação desta propositura, relatório e mapa sobre todas as áreas públicas municipais que estão ocupadas, classificando-as em relação ao risco: baixo, médio e alto.

A presente propositura atenderá as áreas consideradas de baixo ou médio risco.

De acordo com o art. 3º, para executar a remoção das famílias que ocupam áreas públicas municipais para fins habitacionais, o Poder Executivo deverá, obrigatoriamente, adotar, na sequência abaixo expressa, os seguintes procedimentos:

I – notificação, através de correspondência com aviso de recebimento ou através de entrega pessoal com assinatura de recebimento, sobre a situação e risco da área pública municipal ocupada;

II – elaboração de laudo técnico individualizado assinado por dois engenheiros legalmente habilitados do município de São Paulo que atestem o risco da referida área;

III – convocação de duas audiências públicas regionais, no âmbito de cada subprefeitura, em áreas municipais que possuam mais de cinquenta famílias em situação de risco e sujeitas à eventual necessidade de remoção;

IV – notificar a Câmara Municipal de São Paulo e os seus 55 (cinquenta e cinco) vereadores sobre a realização das audiências públicas.

Conforme o art. 4º, uma vez verificada a possibilidade de eliminação dos riscos presentes nas áreas ocupadas, a partir do laudo técnico elaborado pelo IPT com sugestão de melhorias e obras, a Prefeitura do Município de São Paulo deverá atender as sugestões para eliminação do risco, visando a manutenção do maior número possível de famílias na área ocupada. Deve iniciar em seguida o processo de regularização fundiária das famílias envolvidas, com o objetivo de conceder-lhes o direito real de uso com base nos diplomas legais existentes, em particular as Lei Municipais 13514/2003 e 14665/2008, e a Lei Ordinária Federal 11977/2009.

Se verificada a necessidade de remoção das famílias, o Poder Executivo deverá, obrigatoriamente, disponibilizar, pelo prazo mínimo de 30 meses, programas como o Bolsa Aluguel ou Parceria Social para

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

as famílias que serão removidas e encaminhar as famílias sujeitas à remoção para programas habitacionais da Prefeitura do Município de São Paulo ou para programas habitacionais objeto de convênio com o Governo do Estado ou com a União.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela constitucionalidade e legalidade (fls. 57/58).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável (fls. 59/60).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 64/65).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl. 66).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto gera custos para mapear todas as áreas públicas municipais, classificando-as pelo risco, despesas com a contratação de laudo técnico do IPT e execução de obras e melhorias a serem apontadas pelo laudo e com o pagamento da Bolsa Aluguel. Sugerimos o envio de quesitos ao Executivo.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economista

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 484/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador José Américo, visa disciplinar a remoção de famílias que ocupam áreas públicas municipais com fins habitacionais, obrigando o Poder Executivo a adotar, na sequência abaixo expressa, os seguintes procedimentos:

I – notificação, através de correspondência com aviso de recebimento ou através de entrega pessoal com assinatura de recebimento, sobre a situação e risco da área pública municipal ocupada;

II – elaboração de laudo técnico individualizado assinado por dois engenheiros legalmente habilitados do município de São Paulo que atestem o risco da referida área;

III – convocação de duas audiências públicas regionais, no âmbito de cada subprefeitura, em áreas municipais que possuam mais de cinquenta famílias em situação de risco e sujeitas à eventual necessidade de remoção;

IV – notificar a Câmara Municipal de São Paulo e os seus 55 (cinquenta e cinco) Vereadores sobre a realização das audiências públicas.

O art. 2º estabelece que a Prefeitura do Município de São Paulo deverá elaborar, no prazo máximo de 12 (doze) meses após a aprovação desta proposição, relatório e mapa sobre todas as áreas públicas municipais que estão ocupadas, classificando-as em relação ao risco: baixo, médio e alto.

A presente proposição atenderá as áreas consideradas de baixo ou médio risco.

Conforme o art. 4º, uma vez verificada a possibilidade de eliminação dos riscos presentes nas áreas ocupadas, a partir do laudo técnico elaborado pelo IPT com sugestão de melhorias e obras, a Prefeitura do Município de São Paulo deverá atender às sugestões para eliminação do risco, visando à manutenção do maior número possível de famílias na área ocupada. Em seguida, deve iniciar o processo de regularização fundiária das famílias envolvidas, com o objetivo de conceder-lhes o direito real de uso com base nos diplomas legais existentes, em particular as Lei Municipais 13.514/2003 e 14.665/2008, e a Lei Ordinária Federal 11.977/2009.

Se verificada a necessidade de remoção das famílias, o Poder Executivo deverá, obrigatoriamente, disponibilizar, pelo prazo mínimo de 30 meses, programas como o Bolsa Aluguel ou Parceria Social para as famílias que serão removidas e encaminhar as famílias sujeitas à remoção para

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

programas habitacionais da Prefeitura do Município de São Paulo ou para programas habitacionais objeto de convênio com o governo do Estado ou com a União.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

| | | | | | |
|---|----------------------------|-------------------------------------|-------|--------|-------|
| 2) PL 125/2012 | Ver. JAMIL MURAD (PC DO B) | Votação | | | |
| SUPRIME O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA LEI 12.094, DE 25 DE JUNHO DE 1996, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO EM EVENTOS ESPORTIVOS OFICIAIS NOS ESTÁDIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E ACRESCENTA §§ 1º E 2º AO REFERIDO ARTIGO. | | | Favor | Contra | Abst. |
| | | Ver. ABOU ANNI (PV) | - | - | - |
| | | Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD) | - | - | - |
| | | Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB) | - | - | - |
| | | Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) | - | - | - |
| | | Ver. EDIR SALES (PSD) | - | - | - |
| | | Ver. JAIR TATTO (PT) | - | - | - |
| | | Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS) | - | - | - |
| | | Ver. OTA (PSB) | - | - | - |
| | | Ver. RICARDO NUNES (PMDB) | - | - | - |
| Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) | | | | | |
| Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA | | | | | |

Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão. Adiado por 4 (quatro) sessões em 11/05/2016 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

ASSUNTO: suprime o parágrafo único do art. 1º da Lei 12.094 de 25 de junho de 1996, que dispõe sobre a obrigatoriedade de execução do Hino Nacional Brasileiro em eventos esportivos oficiais nos estádios do Município de São Paulo, e acrescenta §§ 1º e 2º ao referido artigo”.

O parágrafo único do art. 1º da Lei 12.094/96 dispõe que a execução do Hino Nacional Brasileiro deverá ser realizada por bandas oficiais ou bandas pertencentes a entidades ou escolas e, na falta dessas, através de sonorização ambiental gravada.

Os §§1º e 2º ao artigo 1º da Lei 12.094 de 25 de junho de 1996, que esta propositura acrescenta, terão a seguinte redação:

“§ 1º. A execução do Hino Nacional Brasileiro deverá ser realizada por bandas oficiais, bandas pertencentes a entidades e escolas **ou bandas particulares escolhidas dentre listagem apresentada pelas entidades da categoria**, que deverão ser previamente contatadas.

§ 2º. Apenas no caso de inexistência de banda a execução do Hino Nacional Brasileiro se dará por sonorização ambiental gravada.”

De acordo com a justificativa, o “presente projeto visa atender a reivindicação dos músicos no sentido de que as entidades da categoria sejam devidamente contatadas previamente a fim de que apresentem listagem das inúmeras bandas existentes no município com disponibilidade para execução do Hino Nacional nos eventos esportivos. Assim, ficaria assegurada a execução do Hino ao vivo, valorizando os músicos e dignificando os eventos.”

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela constitucionalidade e legalidade, com substitutivo para adequar o projeto à legislação pertinente à contratação pelo Poder Público (fls. 43-

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

45)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 46-47)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 48)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, que sugerimos solicitar ao Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado (despesas para contratação dos músicos), sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 125/2012

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Jamil Murad, visa suprimir o parágrafo único do art. 1º da Lei 12.094 de 25 de junho de 1996, que dispõe sobre a obrigatoriedade de execução do Hino Nacional Brasileiro em eventos esportivos oficiais nos estádios do Município de São Paulo, e acrescentar §§ 1º e 2º ao referido artigo.

O parágrafo único do art. 1º da Lei 12.094/1996 dispõe que a execução do Hino Nacional Brasileiro deverá ser realizada por bandas oficiais ou bandas pertencentes a entidades ou escolas e, na falta dessas, através de sonorização ambiental gravada.

Os §§1º e 2º ao artigo 1º da Lei 12.094/1996, que esta propositura acrescenta, terão a seguinte redação:

“§ 1º. A execução do Hino Nacional Brasileiro deverá ser realizada por bandas oficiais, bandas pertencentes a entidades e escolas ou bandas particulares escolhidas dentre listagem apresentada pelas entidades da categoria, que deverão ser previamente contatadas.

§ 2º. Apenas no caso de inexistência de banda a execução do Hino Nacional Brasileiro se dará por sonorização ambiental gravada.”

De acordo com a justificativa, o “presente projeto visa atender a reivindicação dos músicos no sentido de que as entidades da categoria sejam devidamente contatadas previamente a fim de que apresentem listagem das inúmeras bandas existentes no município com disponibilidade para execução do Hino Nacional nos eventos esportivos. Assim, ficaria assegurada a execução do Hino ao vivo, valorizando os músicos e dignificando os eventos.”

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela constitucionalidade e legalidade, com substitutivo para adequar o projeto à legislação pertinente à contratação pelo Poder Público.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

| | | | | | |
|---|--------------------------|-------------------------------------|-------|--------|-------|
| 3) PL 348/2014 | Ver. EDUARDO TUMA (PSDB) | Votação | | | |
| DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "MOBILE PASS - SÃO PAULO", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD) Parecer: FAVORAVEL | | | Favor | Contra | Abst. |
| | | Ver. ABOU ANNI (PV) | . | . | . |
| | | Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD) | . | . | . |
| | | Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB) | . | . | . |
| | | Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) | . | . | . |
| | | Ver. EDIR SALES (PSD) | . | . | . |
| | | Ver. JAIR TATTO (PT) | . | . | . |
| | | Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS) | . | . | . |
| | | Ver. OTA (PSB) | . | . | . |
| | | Ver. RICARDO NUNES (PMDB) | . | . | . |

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: autoriza o Executivo a criar o Programa Mobile Pass - São Paulo, a fim de promover o pagamento de tarifa do transporte público coletivo através de smartphones, tablets e congêneres, por meio da tecnologia NFC (Near Field Communication) com assistência de um aplicativo vinculado ao sistema de Bilhete Único. O aplicativo será disponibilizado gratuitamente em smartphones, tablets e congêneres, compatíveis com os sistemas operacionais disponíveis no mercado atual e funcionará para todos os usuários com o Bilhete Único devidamente cadastrados no sistema da SPTrans. A utilização do aplicativo será uma alternativa facultativa que deverá ser disponibilizada pelo Poder Executivo aos munícipes interessados em ter outro meio de pagamento no transporte público coletivo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 32-34).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 35-36).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fls. 37-38). Há voto vencido do relator contrário ao projeto (fls. 39-40).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram solicitadas informações ao Executivo (fl. 41) com respostas nas fls. 44 a 52:

-“temos a informar que está em implantação um projeto que une a venda de créditos por meio de aplicativos de celular a recarga de créditos dentro dos ônibus na cidade de São Paulo” – Superintendente de Comercialização e Prevenção de Fraude – SPTrans (fl. 44);

-“Quanto ao aspecto operacional, o projeto contém uma autorização para um formato de uso da tecnologia, não deixando margem para o desenvolvimento de outras formas. Nesse caso, dado o atual estágio do desenvolvimento dos sistemas de bilhetagem, o projeto em apreço não ajuda na causa a que se propõe, pelo contrário, pode inviabilizar iniciativas tão ou mais eficientes do que a citada. O ideal a nosso ver é que o assunto continue sob a responsabilidade da SPTrans que por meio de contratos ou parcerias possa dotar o uso no melhor momento e na melhor forma que seja apresentada, não devendo ser objeto de Lei sob o risco do engessamento dos futuros projetos no setor.” – idem (fl. 45);

-“tendo em vista que não consta o detalhamento do projeto, não dispomos dos dados necessários para calcular o custo do projeto e o eventual impacto sobre a tarifa.” – idem (fl. 45);

-“entendemos que o Projeto de Lei nº 348/14 não reúne as condições para prosseguimento, motivo pelo

qual, em atendimento ao sugerido na fls. nº 09 do expediente, manifestamo-nos pelo veto.” – idem (fl. 45).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O *caput* do art. 1º estabelece a autorização de criação do Programa; contudo, há dispositivos que estipulam comandos de forma peremptória (como no § 1º do art. 1º - “O aplicativo será disponibilizado...” - no § 2º desse mesmo artigo – “...A utilização do aplicativo será uma alternativa...” – e no *caput* do art. 2º - “...O aplicativo exigirá identificação e senha...”). Portanto, ao menos em tese, poder-se-ia entender que o projeto, como um todo, não é autorizativo, mas, sim, vinculante.

Não há demonstração nos autos do valor das despesas advindas da implementação do disposto na propositura ou existência de previsão orçamentária. Em sua manifestação, o Executivo informou que “não dispomos dos dados necessários para calcular o custo do projeto e o eventual impacto sobre a tarifa.”

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 348/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa autorizar o Executivo a criar o Programa Mobile Pass - São Paulo, a fim de promover o pagamento de tarifa do transporte público coletivo através de smartphones, tablets e congêneres, por meio da tecnologia NFC (Near Field Communication) com assistência de um aplicativo vinculado ao sistema de Bilhete Único.

O aplicativo será disponibilizado gratuitamente em smartphones, tablets e congêneres, compatíveis com os sistemas operacionais disponíveis no mercado atual e funcionará para todos os usuários com o Bilhete Único devidamente cadastrados no sistema da SPTrans. A utilização do aplicativo será uma alternativa facultativa que deverá ser disponibilizada pelo Poder Executivo aos munícipes interessados em ter outro meio de pagamento no transporte público coletivo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos de Deliberação das Comissões

| | | | | | |
|---|-----------------------------|-------------------------------------|-------|--------|-------|
| 4) PL 446/2013 | Ver. NATALINI (PV) | Votação | | | |
| DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE MICRO EMPREENDEDORES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. | | | Favor | Contra | Abst. |
| | Ver. ABOU ANNI (PV) | - | - | - | - |
| | Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD) | - | - | - | - |
| | Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB) | - | - | - | - |
| | Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) | - | - | - | - |
| Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB) | | Ver. EDIR SALES (PSD) | - | - | - |
| Parecer: CONTRARIO Há voto em separado de autoria do Ver. Abou Anni: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA | | Ver. JAIR TATTO (PT) | - | - | - |
| | | Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS) | - | - | - |
| | | Ver. OTA (PSB) | - | - | - |
| | | Ver. RICARDO NUNES (PMDB) | - | - | - |
| | | | | | |

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 2 (duas) sessões em 27/4/2016 a pedido do Ver. Ota.

Adiado por 1 (uma) sessão em 1/6/2016 a pedido do Ver. Adolfo Quintas.

Pendente de Votação em 8/6/2016. Os vereadores votaram como segue:

Favoráveis ao relatório do relator: Jair Tatto, Ota e Ricardo Nunes;

Contrários ao relatório do relator: Abou Anni, Adolfo Quintas, Aurélio Nomura e Edir Sales;

Absteve-se: Jonas Camisa Nova.

ASSUNTO: autoriza, no âmbito do Município de São Paulo, o exercício da atividade de microempreendedores especificados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas, CNAE, com um dos seguintes códigos (descritos abaixo de acordo com as Tabelas de Códigos e Denominações - CNAE completa, acessível no link no rodapé¹):

- 4729-6/99, que compreende o comércio varejista em lojas especializadas produtos alimentícios em geral não especificados anteriormente, tais como produtos naturais e dietéticos; comidas congeladas, mel, etc.; café moído; sorvetes, embalados, em potes e similares; e também os estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios industrializados (lojas de conveniência) além de outros produtos não alimentícios; os estabelecimentos comerciais com venda de produtos alimentícios variados (lojas de delicatessen);
- 5612-1/00, que compreende tanto o serviço de alimentação de comida preparada, para o público em geral, em locais abertos, permanentes ou não, tais como trailers, carrocinhas e outros tipos de ambulantes de alimentação preparada para consumo imediato; como também a venda de alimentos preparados em máquinas de serviços automáticas.

A propositura estabelece ainda que:

- para habilitar-se à prática da atividade o microempreendedor deverá apresentar, sem prejuízo de outras exigências legais, curso de qualificação e de manuseio de alimento, feito através de instituição reconhecida como Sebrae, Prefeitura ou Sindicato de Classe; equipamentos padronizados e homologados pelo Sindicato de Classe e pelo Corpo de Bombeiros;
- os microempreendedores serão matriculados, mediante apresentação de documentação de comprovação da atividade de microempreendedor individual, na subprefeitura em cuja área atuarão exclusivamente.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo que

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

procura adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como para sanar eventual vício de iniciativa (fls. 39-42).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo da Comissão Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 43-44).

Comissão de Finanças e Orçamento: solicitou informações ao Executivo (fls. 46), resposta às fls. 48 a 53:

Manifestação da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (SMSP): “a venda de produto alimentício nas vias e logradouros públicos já se encontra regulamentada tanto pela Lei nº 11.039/92 [que disciplina o exercício do comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo] quanto pela Lei nº 15.947/13 [que dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas - comida de rua - e dá outras providências].” (fls. 49)

“a lei n. 11.039/92, regulamentada pelo Decreto n. 42.600/02, trata do exercício de atividade ambulante, que pode ou não comercializar produtos alimentícios, remetendo ao Sr. Subprefeito a decisão, após oitiva da Comissão Permanente de Ambulantes, sobre os tipos de alimentos que poderão ser vendidos, sempre respeitando as normas de controle sanitário e de saúde pública.” (fls. 50)

“No tocante ao texto original da proposição, cumpre ressaltar que o exercício das atividades descritas em seu artigo 1º não são proibidas no Município de São Paulo, sendo que a proposição em momento algum se refere ao exercício de tais atividades nas vias e logradouros públicos.” (fls. 51)

“em atenção ao questionamento do item “1º” ..., a fiscalização das disposições previstas na proposição seriam absorvidas pelo corpo fiscalizatório das Subprefeituras e, no tocante à fiscalização das questões higiênico-sanitárias, da COVISA. No tocante ao impacto orçamentário-financeiro gerado com a aprovação da proposição, bem como o impacto esperado sobre a receita tributária, ressaltamos que, uma vez já estando o assunto disciplinado por lei vigente (Lei nº 15.947/13), a questão resta prejudicada. (fl. 51)

Esse órgão opinou “pelo veto ao Projeto de Lei n. 446/2013, tendo em vista que a matéria nele tratada já se encontra disciplinada pela Lei n. 15.947/13, regulamentada pelo Decreto nº 55.085/14”. (fls.53)

Elaboração: Marcia Akemi Endo - Consultora Técnica Legislativa - Economista

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 446/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Gilberto Natalini, visa autorizar, no âmbito do Município de São Paulo, o exercício da atividade de microempreendedores especificados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas, CNAE, com um dos seguintes códigos:

- a) 4729-6/99, que compreende o comércio varejista em lojas especializadas produtos alimentícios em geral não especificados anteriormente, tais como produtos naturais e dietéticos; comidas congeladas, mel, etc.; café moído; sorvetes, embalados, em potes e similares; e também os estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios industrializados (lojas de conveniência) além de outros produtos não alimentícios; os estabelecimentos comerciais com venda de produtos alimentícios variados (lojas de delicatessen);
- b) 5612-1/00, que compreende tanto o serviço de alimentação de comida preparada, para o público

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

em geral, em locais abertos, permanentes ou não, tais como trailers, carrocinhas e outros tipos de ambulantes de alimentação preparada para consumo imediato; como também a venda de alimentos preparados em máquinas de serviços automáticas.

A propositura estabelece ainda que:

- a) para habilitar-se à prática da atividade o microempreendedor deverá apresentar, sem prejuízo de outras exigências legais, curso de qualificação e de manuseio de alimento, feito através de instituição reconhecida como Sebrae, Prefeitura ou Sindicato de Classe; equipamentos padronizados e homologados pelo Sindicato de Classe e pelo Corpo de Bombeiros;
- b) os microempreendedores serão matriculados, mediante apresentação de documentação de comprovação da atividade de microempreendedor individual, na subprefeitura em cuja área atuarão exclusivamente.

Foram solicitadas informações ao Executivo, respondendo os órgãos competentes que “...Manifestação da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (SMSP): “a venda de produto alimentício nas vias e logradouros públicos já se encontra regulamentada tanto pela Lei nº 11.039/92 [que disciplina o exercício do comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo] quanto pela Lei nº 15.947/13 [que dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas - comida de rua - e dá outras providências].”

Esse órgão opinou “pelo veto ao Projeto de Lei n. 446/2013, tendo em vista que a matéria nele tratada já se encontra disciplinada pela Lei n. 15.947/13, regulamentada pelo Decreto nº 55.085/14”.

Destarte, apesar das elevadas intenções do nobre Autor, quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, consideramos que a matéria não deva prosperar, **pelas razões técnicas acima expostas.**

Contrário, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

VOTO EM SEPARADO AO RELATÓRIO DO RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 446/2013

De autoria do nobre Vereador Gilberto Natalini, o presente projeto de lei objetiva autorizar, no âmbito do Município de São Paulo, o exercício da atividade de microempreendedores especificados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas, CNAE, com um dos seguintes códigos:

- c) 4729-6/99, que compreende o comércio varejista, em lojas especializadas, de produtos alimentícios em geral não especificados anteriormente, tais como produtos naturais e dietéticos; comidas congeladas, mel, etc.; café moído; sorvetes, embalados, em potes e similares; e também os estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios industrializados (lojas de conveniência) além de outros produtos não alimentícios; os estabelecimentos comerciais com venda de produtos alimentícios variados (lojas de delicatessen);
- d) 5612-1/00, que compreende tanto o serviço de alimentação de comida preparada, para o público em geral, em locais abertos, permanentes ou não, tais como trailers, carrocinhas e outros tipos de ambulantes de alimentação preparada para consumo imediato; como também a venda de alimentos preparados em máquinas de serviços automáticas.

Ademais, a propositura estabelece que, para habilitar-se à prática da atividade, o microempreendedor deverá apresentar, sem prejuízo de outras exigências legais, curso de qualificação e de manuseio de alimento, feito através de instituição reconhecida como Sebrae, Prefeitura ou Sindicato de Classe; equipamentos padronizados e homologados pelo Sindicato de Classe e pelo Corpo de Bombeiros. Os microempreendedores também serão matriculados, mediante apresentação de



Comissão de Finanças e Orçamento

Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

documentação de comprovação da atividade de microempreendedor individual, na Subprefeitura em cuja área atuarão exclusivamente.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo que procura adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como para sanar eventual vício de iniciativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

| | | | | | |
|--|---|-------------------------------------|-------|--------|-------|
| 5) PL 854/2013 | Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB) | Votação | | | |
| | | | Favor | Contra | Abst. |
| | | Ver. ABOU ANNI (PV) | - | - | - |
| | | Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD) | - | - | - |
| | | Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB) | - | - | - |
| | | Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) | - | - | - |
| | | Ver. EDIR SALES (PSD) | - | - | - |
| | | Ver. JAIR TATTO (PT) | - | - | - |
| | | Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS) | - | - | - |
| | | Ver. OTA (PSB) | - | - | - |
| | | Ver. RICARDO NUNES (PMDB) | - | - | - |
| DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE LEITOR ÓTICO PARA CONFERÊNCIA DE LANÇAMENTO DE CONSUMO NO ÂMBITO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS SITUADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. | | | | | |
| Relator: Ver. JAIR TATTO (PT) | | | | | |
| Parecer: FAVORAVEL | | | | | |

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 17/02/2016 a pedido do Ver. Ricardo Nunes. Adiado por 2 (duas) sessões em 02/03/2016 a pedido do Ver. Jair Tatto. Adiado por 10 (dez) sessões em 16/03/2016 a pedido do Ver. Jonas Camisa Nova.

ASSUNTO: obriga os estabelecimentos comerciais que utilizem comanda eletrônica de consumo ou similares disponibilizar leitor ótico para conferência de lançamento de consumo no âmbito dos estabelecimentos comerciais situados no Município de São Paulo.

Pelo § 1º do art. 2º, deverá ser instalado um leitor ótico na entrada do estabelecimento para que os consumidores certifiquem-se de que não há lançamento anterior na comanda, e outro na saída, próximo ao caixa, para fins de conferência do lançamento de consumo antes do pagamento. O § 2º desse mesmo artigo estabelece que, em caso de estabelecimentos comerciais dotados de vários pavimentos, em cada um deles deverá ser disponibilizado ao menos um leitor ótico para consulta.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 28/30).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável (fls. 31/32).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Solicitadas informações ao Executivo (fls. 34), com resposta a fls. 36/53:

- "... Verifica-se que o texto legal não deixa evidente a caracterização da infração, impossibilitando a determinação da penalidade.

O PL prevê a aplicação de sanções aos infratores pela não observância ao disposto, entretanto, cabe considerar o comprometimento da ação da fiscalização com relação à execução das multas, no que se refere à reincidência prevista no art. 4º. A propositura não define a reincidência, uma vez que não estão explícitas as condições e prazos, fatores essenciais para pronta atuação do agente fiscal.

Ademais, a multa proposta pelo PL pode ser considerada expressiva se comparada ao valor da multa estabelecida para a ausência da licença de funcionamento, infração grave, cujo os valores variam entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) até R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)... – Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fls. 37);

- "... não se pode deixar de constatar a ingerência injustificada do Município na atividade comercial, uma vez que impõe aos estabelecimentos a obrigação de instalar aparelhos ópticos de leitura das comandas

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

eletrônicas, incrementando suas despesas, as quais acabarão por onerar os comerciantes que, provavelmente serão obrigados a repassar tais custos aos consumidores, prejudicando-os sobremaneira, como elo mais frágil da cadeia produtiva..." Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fls. 41);

- "... entendemos que a fiscalização do interior teor deste PL enquadra-se dentre as atribuições dos agentes fiscalizadores das Subprefeituras. Sendo assim, a nova atribuição será absorvida pelo quadro funcional e com os recursos materiais já existentes..." – Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fls. 46).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Tendo em vista as informações de fls. 46, não haveria custos adicionais.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 854/2013

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Andrea Matarazzo, Aurélio Nomura, Claudinho de Souza, Coronel Telhada, Eduardo Tuma, Gilson Barreto e Patrícia Bezerra, visa obrigar os estabelecimentos comerciais situados no Município de São Paulo que utilizem comanda eletrônica de consumo ou similares a disponibilizar leitor ótico para conferência de lançamento de consumo.

Pelo § 1º do art. 2º da propositura, deverá ser instalado um leitor ótico na entrada do estabelecimento para que os consumidores certifiquem-se de que não há lançamento anterior na comanda, e outro na saída, próximo ao caixa, para fins de conferência do lançamento de consumo antes do pagamento. O § 2º desse mesmo artigo estabelece que, em caso de estabelecimentos comerciais dotados de vários pavimentos, em cada um deles deverá ser disponibilizado ao menos um leitor ótico para consulta.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

| 6) PL 427/2015 | | Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) | | | | Votação | | | |
|--|--|----------------------------|--|--|--|-------------------------------------|-------|--------|-------|
| | | | | | | | Favor | Contra | Abst. |
| ALTERA A LEI N. 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O EVENTO "CARNAVAL DE RUA, BANDAS E BLOCOS DA VILA MATILDE", A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO SÁBADO DE CARNAVAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. | | | | | | Ver. ABOU ANNI (PV) | - | - | - |
| | | | | | | Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD) | - | - | - |
| | | | | | | Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB) | - | - | - |
| | | | | | | Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) | - | - | - |
| | | | | | | Ver. EDIR SALES (PSD) | - | - | - |
| | | | | | | Ver. JAIR TATTO (PT) | - | - | - |
| Relator: Ver. OTA (PSB) | | | | | | Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS) | - | - | - |
| Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA | | | | | | Ver. OTA (PSB) | - | - | - |
| | | | | | | Ver. RICARDO NUNES (PMDB) | - | - | - |

Obs: Prazo de vistas vencido na comissão.

ASSUNTO: altera a Lei n. 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o evento "Carnaval de Rua,

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Bandas e Blocos da Vila Matilde”, a ser comemorado anualmente no sábado de carnaval.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo “a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis” (fls. 38-39).

O substitutivo insere alínea ao inciso XXXIX do art. 7º da Lei 14.485/07: “sábado que antecede a semana do carnaval paulistano.”

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 40).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O PROJETO DE LEI Nº 427/2015

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Nomura, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a Legislação Municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo para incluir o evento “Carnaval de Rua, Bandas e Blocos da Vila Matilde”, a ser comemorado anualmente no sábado de carnaval.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo “a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Requerimentos

| | | | | |
|--|-------------------------------------|-------|--------|-------|
| 7) REQ. FIN 51/2016 | Ver. EDIR SALES (PSD) | | | |
| Data do Requerimento: 09/06/2016 | | | | |
| <p>CONSIDERANDO a importância da Ponte sobre o córrego do Oratório na Rua Três Lagoas, altura do nº 427, na Vila Industrial (zona leste) que absurdamente está interditada desde o dia 25 de janeiro, há quase seis meses, quando o córrego transbordou devido a uma forte chuva na região e afetou a estrutura da ponte</p> <p>CONSIDERANDO que a não realização da obra pela prefeitura causa enorme prejuízo aos moradores, trabalhadores e comerciantes que reclamam que, com a interrupção na via, o trânsito ficou caótico porque é preciso dar uma imensa volta no bairro para chegar a Santo André no limite com a capital causando grandes transtornos aos paulistanos do bairro</p> <p>CONSIDERANDO que a interdição da ponte e para chegar do outro lado leva cerca de 20 a 30 minutos a volta que se dá para ir a apenas do outro lado da ponte no mesmo local. “Está um caos”, disse o comerciante Torquato José de Sousa, 60 anos, que trabalha na mesma rua e utilizava os dois lados diariamente</p> <p>CONSIDERANDO que a reforma da ponte é medida de rigor e de extrema urgência, pois os moradores, usuários, trabalhadores, comerciantes e principalmente os estudantes que usam a ponte para ir a escola de manhã e de noite não podem esperar mais 6 meses e que a liberação da ponte beneficiará a toda a população e comunidade do local</p> <p>REQUEIRO, nos termos e forma do Regimento Interno desta Casa, à Comissão de Finanças e Orçamento que solicite ao SR. PREFEITO FERNANDO HADDAD que encaminhe informações referentes a reforma da ponte sobre o Córrego do Oratório na Rua Três Lagoas sobre o cronograma da obra, constando o prazo de entrega da mesma à população, por ser medida de alta relevância e de utilidade pública para a população da Zona Leste da Capital.</p> | | | | |
| | Votação | | | |
| | | Favor | Contra | Abst. |
| | Ver. ABOU ANNI (PV) | . | . | . |
| | Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD) | . | . | . |
| | Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB) | . | . | . |
| | Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) | . | . | . |
| | Ver. EDIR SALES (PSD) | . | . | . |
| | Ver. JAIR TATTO (PT) | . | . | . |
| | Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS) | . | . | . |
| | Ver. OTA (PSB) | . | . | . |
| | Ver. RICARDO NUNES (PMDB) | . | . | . |
| | | | | |

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 15/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

| | | | | |
|---|-------------------------------------|-------|--------|-------|
| 8) REQ. FIN 52/2016 | Ver. ABOU ANNI (PV) | | | |
| Data do Requerimento: 13/06/2016 | | | | |
| REQUEIRO, nos termos do artigo 46, inciso XV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Nobre Vereador Jonas Camisa Nova, que seja oficiado o Ilmo. Secretário Executivo de Comunicação, Sr. Nunzio Briguglio Filho, para que envie à secretaria desta Comissão a cópia em arquivo digital do processo eletrônico Nº: 6069.2016/0000028-5, atinente ao contrato nº. 003/SECOM/2016, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em comunicação social para produções audiovisuais, em reportagem e registro jornalístico de eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo, para acervo histórico e eventual transmissão via internet, com VALOR GLOBAL ESTIMADO de R\$ 9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil reais) e dispensa de licitação, conforme consta da publicação no Diário Oficial da Cidade de 01/06/2016, pág. 83, em anexo. Destarte, consoante as funções desta Douta Comissão, mister se faz aprovar o Requerimento em questão. Por ser medida que se impõe! | | | | |
| | Votação | | | |
| | | Favor | Contra | Abst. |
| | Ver. ABOU ANNI (PV) | . | . | . |
| | Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD) | . | . | . |
| | Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB) | . | . | . |
| | Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) | . | . | . |
| | Ver. EDIR SALES (PSD) | . | . | . |
| | Ver. JAIR TATTO (PT) | . | . | . |
| | Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS) | . | . | . |
| | Ver. OTA (PSB) | . | . | . |
| | Ver. RICARDO NUNES (PMDB) | . | . | . |
| | | | | |